

"Eu gostaria de agradecer ao presidente da República da Espanha pela sua amizade com os Estados Unidos."

Jeb Bush, governador do estado norte-americano da Flórida, ontem em Madrid, aonde foi para reforçar laços entre norte-americanos e espanhóis, mas acabou chamando erroneamente a Espanha, que é uma monarquia constitucional, de república.

A criança e o retorno da bolsa-escola



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

O agora ministro, e sempre professor, Cristovam Buarque, acertou em cheio em manter o C do MEC, sai a Cultura que fica sob as mãos caledas do fazedor e refazedor de cultura Gilberto Gil, e entra a Criança, compondo o Ministério da Educação e da Criança.

A educação das crianças representa o melhor investimento no futuro da nossa sociedade. Jere Berhman, do BID, demonstra que para cada ano adicional de estudo a expectativa de vida sobe dois anos, o crescimento populacional cai 0.26 pontos percentuais (p.p.), as exportações aumentam 0.7 p.p. e o crescimento da renda per capita sobe 0.35 p.p.. É difícil imaginar investimento, social ou privado, mais rentável do que uma criança passar de ano.

Algumas limitações do investimento na educação podem ser encontradas no longo tempo de maturação do investimento e nas externalidades emanadas pela escolha individual de estudar. A decisão privada de educação não incorpora o impacto que a maior educação de cada indivíduo pode ter sobre a capacidade de aprendizagem de outras famílias.

O IPEA demonstrou que a educação média das mães de uma dada comunidade tem forte poder explicativo sobre o desempenho escolar da criança mesmo controlada pela qualificação de sua respectiva mãe.

O Bolsa-escola é um programa que tem a capacidade de atacar simultaneamente os dois problemas supra-citados. Ele fornece o requerido subsídio ao retorno da atividade geradora de externalidades positivas. Este subsídio é fornecido à vista, através de uma política compensatória que acelera o combate à miséria. O Bolsa-Escola utiliza a velocidade das políticas compensatórias para viabilizar os efeitos persistentes da educação, um verdadeiro ovo de Colombo.

Não sei se Cristovam descobriu, ou não, a Bolsa-escola. Neste caso, tal como as discussões sobre se o outro Cristóvão descobriu ou não, a América, não passam de curiosidades. O que importa se Vikings ou Chineses chegaram aqui antes? Em termos práticos a descoberta relevante é a de Colombo. A História do nosso continente está dividida em antes e depois da chegada da nau de Colombo. Cristóvão Buarque deu seqüência à missão iniciada no governo de Brasília, na ONG Missão Criança cuja área de atuação hoje ultrapassa as fronteiras tupiniquins, aportando recentemente em continente africano. Aliás, o resultado da eleição no Distrito Federal realizada

em 1998 constitui um exemplo elucidador de outra limitação a investimentos nas crianças: criança não vota. Talvez não seja mera coincidência que 45% das pessoas que estão abaixo da linha de miséria, também estão abaixo da idade de voto. O investimento nas crianças apresenta um baixo retorno eleitoral. Em outras palavras, as externalidades do ganho de educação das crianças não são plenamente internalizadas pelo mercado votante. A criança é pobre porque não vota, e tem muitos filhos porque é pobre, aí temos instituído o ciclo da eterna pobreza.

No entanto, mesmo deixando de lado externalidades diversas, a chamada taxa de retorno privada da escolaridade no Brasil é de 16% ao ano. Isto é, quanto para cada ano adicional de estudo acumulado a renda de quem está ocupado cresce. Senão vejamos.

A renda média do trabalho de uma pessoa com zero anos completos de estudo é de cerca de 138 reais enquanto a de quem terminou a universidade é de 2200 reais. Quando passamos da população ocupada para a população em idade ativa a taxa de retorno passa de para 20%. Pois a educação aumenta não só o salário de quem está ocupado, mas a própria chance de se conseguir uma ocupação.

Por outro lado, a taxa de retorno relevante para quem está decidindo se vai continuar estudando, não é aquela ob-

servada a posteriori como apontada acima mas a taxa a priori. Entre estes dois conceitos existe a probabilidade de repetência que segundo os estudos de Sérgio Ribeiro da Costa é o principal problema educacional brasileiro.

A distinção entre as taxas de retorno ex-ante e ex-post é mais do que uma curiosidade. No universo das principais áreas metropolitanas brasileiras durante as duas últimas décadas cerca de 61% das crianças entre 10 e 15 anos estavam pelo menos 1 ano atrasadas. Passando aos dados de fluxo, a probabilidade da

Não é coincidência que 45% das pessoas que estão abaixo da linha de miséria também estejam abaixo da idade de voto

criança neste universo passar de ano dado que ela frequenta a escola em dois anos consecutivos foi de 28%.

Neste sentido, a taxa de retorno relevante estaria mais para 12% (i.e. 72% da taxa de aprovação vezes 16% do retorno de quem tem sucesso) do que para os 16% comumente citados. Isto sem contar o prêmio de risco que seria demandado na decisão de continuar frequentando a escola.

Para complicar mais as coisas, a taxa de retorno da educação apresenta re-

tornos crescentes: quando um indivíduo passa de 0 para 4 anos completos de estudo o ganho de renda é de 8% a.a.. Ao passo que quando a escolaridade passa de 11 para 15 anos de estudo o retorno corresponde a 21% a.a.. Complementarmente, a chance do indivíduo de conseguir ocupação é crescente com a educação. A taxa de ocupação de quem tem 0 anos de estudo que é de 52% sobe para 87% para quem tem 16 anos completos de estudo.

Finalmente, o risco de repetência que como argumentamos acima é parte fundamental do retorno esperado da decisão de continuar estudando também sobe com a escolaridade dos pais que é um determinante fundamental da escolaridade dos filhos.

A chance de um filho de analfabeta repetir de ano é de 37% contra 13% do filho daquela que tem nível superior. Existe, portanto, uma armadilha de pobreza onde para obter retornos mais altos, o indivíduo tem de investir antes mediante retornos mais baixos e riscos mais altos.

O subsídio do Bolsa-escola, e o recente aumento da merenda escolar, buscam romper com o círculo vicioso da transmissão geracional da miséria.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mcneri@fgv.br